



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
DIRETORIA DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO – DTED
AGENCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E PESQUISA - AGEUFMA

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU –
ESPECIALIZAÇÃO**

1. Identificação do Projeto:

Nome do Curso: Especialização em Gestão Escolar

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Forma de Oferta: () Presencial (X) A distância

Turno: () Noturno () Diurno (X) Integral

Tipo de financiamento: II– Financiado pela CAPES.

I -gratuitos, sendo financiados por recursos próprios da UFMA;

II –financiados por entidades de fomento, mediante convênios previamente aprovados por órgãos públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas ou empresas privadas;

III- autofinanciados, sendo mantidos mediante recursos obtidos em contratos de prestação de serviços educacionais.

2. Subunidade/Unidade Responsável:

Departamento de Educação I e o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/PPGEEB

3. Coordenação:

Coordenador(a):

Nome: Hercília Maria de Moura Vituriano

Titulação: Doutorado

Unidade de Lotação: Departamento de Educação I e no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/PPGEEB.

Telefone da Unidade (ramal): (98) 3272-8455

Telefone da residência: (98) 98110-5005

Telefone celular: (98) 98110-5005

E-mail: hercilia.maria@ufma.br

CPF: 395.067.463-20

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Sexo: Feminino

Vice Coordenação:

Coordenador(a):

Nome: Cristiane Dias Martins da Costa

Titulação: Doutorado

Unidade de Lotação: Centro de Ciências de Codó

Telefone da Unidade (ramal): (98) 3272-9779

Telefone da residência: (98) 98104-1313

Telefone celular: (98) 98104-1313

E-mail: cristiane.dmc@ufma.br

CPF: 969.713.046-91

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

3. CargaHorária:

O curso atende a uma carga horária total equivalente a 390 **horas**, divididas em módulos conforme descrito na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1– Carga horária

Módulos	CargaHorária
Modulo Básico	180
Módulo Específico	210
CargaHoráriaTotal:	390

4. Público-alvo: Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado

5. Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às 6 políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil. Objetivando a consecução e o fomento dos

cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercer a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local. Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil;
- Dispositivos da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED/UFMA)

Além disso, a estrutura organizacional da Diretoria de Tecnologias na Educação da UFMA (DTED) oferece mecanismos essenciais para a consolidação dos cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD). Em resumo, a DTED é a área responsável por promover institucionalmente o desenvolvimento e a implantação de políticas e ações relacionadas ao EaD.

Dentre as áreas de atuação destaca-se:

- A oferta de cursos de Graduação e Pós-graduação *Lato Sensu*, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil;
- Desenvolvimento de ações educacionais, de alcance nacional, no âmbito da rede UNA-SUS;
- Desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como estratégia para o ensino presencial realizado pela UFMA;
- Desenvolvimento do Portal EAD para Você;

- Projeto UFMA Virtual.

6. Justificativa:

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso

exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

7. Objetivos

Objetivo geral:

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

Objetivos específicos:

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;

- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e asolução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

8. Estrutura organizacional do curso

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9. Estrutura Organizacional do curso

MÓDULO 1

DISCIPLINA 1: Introdução à EAD	Carga horária: 30h Módulo 1
Ementa: Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino - Aprendizagem (AVA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.	
Bibliografia: CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2.ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010. Referências Complementares: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: SUMMUS, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.	

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 2: Política e Sociedade	Carga horária: 30h Módulo 1
Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.	
Bibliografia: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução . 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015. BREISSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. EVANS, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial . Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Referências Complementares: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política . 13. ed. Brasília: UNB, 2010. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política . 13.ed. São Paulo: Paze Terra, 2007. RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por quem manda, com quem manda . São Paulo: Objetiva, 2010. SANTOS, Reginaldo de Souza. Administração política como campo do conhecimento . São Paulo: Hucitec, 2010. WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília: UnB, 2012.	
Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.	

Disciplina 3: Políticas Públicas	Carga horária: 30h Módulo 1
Ementa: Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo	
Bibliografia: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas . Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas . Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf . Acesso em: 24 mar. 2020. WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos . Brasília: Enap, 2014. Disponível em:	

<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Referências Complementares:

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTASNETO, Paulo Fábio (org.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros. **Rio de Janeiro: Revan, 2015.**

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 4: Gestão Pública

Carga horária: 30h
Módulo 1

Ementa: Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico

Bibliografia:

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

Referências Complementares:

BRESSERPEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The pública administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. **Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.**

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 5: Metodologia da Pesquisa

Carga horária: 30h
Módulo 1

Ementa: Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do

problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

Bibliografia:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Referências Complementares:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. Estudo de Caso: **Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 6: TCC	Carga horária: 30h Módulo 1
A construção do olhar do pesquisador sobre o gestor educacional e sua relação com a teoria do conhecimento. Abordagens teórico metodológicas das pesquisas pedagógicas. A observação e seu registro. Abordagens qualitativas de Pesquisa. Diferentes tipos de pesquisa. Discussão sobre a elaboração de textos acadêmicos: projeto de pesquisa e artigo científico.	
<p>Bibliografia:</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 159 p. (Coleção práxis). Inclui bibliografia. ISBN 8530803736. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.);</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788522451425.</p> <p>BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. como produzir textos acadêmicos e científicos. São Paulo: contexto 2021.</p> <p>Referências Complementares:</p> <p>SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; PORTO, Marcelo Duarte. Metodologia científica descomplicada: pesquisa e prática para iniciantes. Brasília, DF: Editora IFB, 2016.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>Pereira, M. V. A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, v. 18, n. 52, p. 213-228, jan./mar. 2013. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000100013.</p> <p>GONÇALVES, H. de A. Manual de projetos de pesquisa científica: inclui exercício prático.</p>	

São Paulo: Avercamp, 2003.
Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

MÓDULO 2

Disciplina 1: Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	Carga horária: 30h Módulo 2
<p>Ementa: Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Leide Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.</p>	
<p>Bibliografia: BRASIL.[Constituição(1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012. BRASIL.Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990. BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. BRASIL. Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2001. BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. BRASIL. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, 2007. PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA. versão preliminar Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020. OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1787/b25efab8-en. Acesso em: 24 mar. 2020.</p> <p>Referências Complementares: BRASIL.[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2012. BRASIL. Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990 BRASIL. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. BRASIL.Lei nº10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2001. BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. BRASIL. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, 2007. PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.</p>	

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 2: Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

**Carga horária: 45h
Módulo 2**

Ementa: Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

Bibliografia:

FARENZENA, Nalú. Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

Referências Complementares:

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educ.Soc., Campinas, v.22,n.75, p.84-108, agosto de 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 3: Gestão de Pessoas na Escola

**Carga horária: 30h
Módulo 2**

Ementa: Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

Bibliografia:

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos– PRH:** conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar:** uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar:** Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

Referências Complementares:

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas:** estratégias e integração organizacional. São

Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, SandroT. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

Docente Responsável: **Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED**

Disciplina 4: Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

**Carga horária 30h
Módulo 2**

Ementa: Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

Bibliografia:

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.39, p.83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.).

Reformado Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amauride. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

Referências Complementares:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.2, p.17-26, 2004.

BRASIL. Lei nº4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades-ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n.23, p.7-70, jun. 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. **Orientações para a criação dos**

Conselhos Municipais. Disponível em:

<https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26jun. 2009

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 5: Elaboração e Avaliação de projetos na escola

**Carga horária: 45h
Módulo 2**

Ementa: Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no planejamento, na execução e na finalização do projeto.

Bibliografia:

CRUZ, Fábio. **Scrum Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.
DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v.7, n.2, maio/ago. 2016.
MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. *In*: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.
WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

Referências Complementares:

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
ENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática**. São Paulo: Loyola, 1995.

Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.

Disciplina 6: Processos Administrativos e Prestação de

Carga horária: 30

Contas na Educação	Módulo 2
<p>Ementa: Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação</p>	
<p>Bibliografia: BRASIL. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília:CGU, 2016. CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012. COSTA, José Armandoda. Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011. BRAZ, Petrônio. Processo de Licitação – Contrato Administrativo e Sanções Penais. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007. CRETELLA JUNIOR, José. Prática do Processo Administrativo. 6.ed. São Paulo: RT, 2008. GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. Sindicância e processo Administrativo. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo, Atlas, 2008. MOREIRA, Egon Bockmann. Processo Administrativo. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2007. Referências Complementares: BRASIL. Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2016. BALTARNETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. Direito Administrativo. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental). CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27.ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014. COSTA, Nelson Nery. Processo Administrativo e suas Espécies. Rio de Janeiro. Forense, 2003. DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014. FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012. SOUSA, Alice Ribeiro de. Processo Administrativo do Concurso Público. Leme- SP: Mizuno, 2012.</p>	
<p>Docente Responsável: Não se aplica. A seleção do docente ocorrerá por edital a ser publicado pela DTED.</p>	

5. Periodicidade, Cronograma das disciplinas e corpo docente:

Período:

O Curso de Especialização em Gestão Escolar será realizado na modalidade a distância, com duração de **18 meses** e carga horária total de **390 horas**, conforme o plano de trabalho apresentado pela CAPES. O período previsto para a realização do curso é de **março de 2025 a julho de 2026**, com a oferta de **150 vagas**.

Os cursos serão ministrados prioritariamente por meio de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Na UFMA, utiliza-se a plataforma Moodle para esse processo de interação com o estudante. Em relação ao processo ensino-aprendizagem nos polos, serão realizadas, sempre que for necessário, aulas presenciais ou via video conferência/webconferência, tele aulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais, ocorrendo pelo menos um encontro técnico presencial por disciplina. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem.

6. Cronograma das disciplinas e corpo docente:

Atendendo a Portaria GR 523/2021 – MR e as regulamentações e recomendações da CAPES (Portaria 183–CAPES, de 21 de outubro de 2016; Instrução Normativa 2 – CAPES, de 19 de abril de 2017; e Portaria 102/19 – CAPES, de 10 de maio de 2019), o Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, **terá seu corpo docente selecionado mediante edital a ser publicado pela DTED**. Dessa forma, na presente proposta de curso de especialização, não se aplica a identificação e a listagem do corpo docente, exceto a identificação do coordenador e do vice-coordenador, **Profa Dra Hercília Maria de Moura Vituriano. e Prof.** respectivamente.

7. Metodologia:

O processo de ensino-aprendizagem na modalidade à distância se sustenta na interdisciplinaridade, com estudos independentes, tendo como referência básica de estudo as aulas síncronas e assíncronas, os materiais didáticos disponibilizados, à interatividade e o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os estudos e atividades do curso serão realizados por meio de estratégias fundamentadas na autonomia da aprendizagem, em trabalhos colaborativos e na articulação de estudos teóricos com a prática profissional dos próprios estudantes. Nesse sentido será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, tudo isso mediando o binômio ensino-aprendizagem tendo os professores do Curso e os estudantes como protagonistas. Para se alcançar essa condição, a UFMA disponibilizará aos estudantes, nos polos de estudo dos municípios, uma infraestrutura tecnológica e pedagógica para atividades presenciais e à distância, que darão suporte à rede de comunicação e de orientação ao

estudante durante todo o funcionamento do curso.

8. Tecnologia:

Os avanços tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem proporcionaram uma proliferação de ferramentas capazes de realizar práticas simuladas de problemas contemporâneos da indústria, testar soluções desenvolvidas, descobrir novos conceitos, pesquisar o estado da arte de uma determinada área, entre outros.

Em outros termos, os professores e os alunos podem utilizar tais ferramentas para criar páginas na internet, implementar e executar códigos de programas, depurar possíveis erros de implementação, executar metodologias ativas de ensino, acessar conteúdos referentes às atividades da especialização, entre muitas outras possibilidades. Dessa forma, o professor terá condições para aprimorar a interação virtual entre todos os envolvidos.

9. Infraestrutura Física e Demonstrativo Financeiro:

A implantação e a consolidação do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a Distância, contará com a infraestrutura da DTED, da UFMA. Ressalta-se que a proposta será submetida para apreciação de edital de fomento para custear a realização do curso de especialização. Dessa forma, não há como realizar o demonstrativo financeiro no atual momento, entretanto, o custo por aluno será de **365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais)**.

Espera-se ofertar o Curso de Especialização em Gestão Escolar em seis polos, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Chapadinha, Imperatriz, Pastos Bons e Pinheiro. No quadro a seguir consta a distribuição de vagas por polo:

POLO	NUMERO DE VAGAS
AÇAILÂNDIA	25
BOM JESUS DAS SELVAS	25
CHAPADINHA	25
IMPERATRIZ	25
PASTOS BONOS	25
PINHEIRO	25

No entanto, cada polo local deverá contar com a quantidade e a descrição das

instalações necessárias ao funcionamento do curso conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Instalações necessárias ao funcionamento do curso no polo

Qtd.	Espaço Físico	Descrição
05	Sala de aula	<i>Com 30 carteiras, condicionador de ar, Disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.</i>
01	Sala de audiovisual ou projeções	<i>Com 30 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisore DVD player.</i>
01	Sala de video conferência	<i>Com 30 cadeiras, equipamento de Video conferência, computador e televisor.</i>
01	Biblioteca	<i>Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.</i>
01	Laboratório de informática	<i>Com 20 máquinas, softwares e projetor multimídia.</i>

10. Previsão de Pagamento:

O repasse dos valores à UFMA ocorrerá via fundação de apoio contratada pela CAPES, em concordância com a resolução interna da universidade.

11. Critério de Seleção:

Os requisitos básicos de participação estão definidos em edital de seleção:

- I. Ser portador de diploma de Curso Superior em Nível de Graduação expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;
- II. Possuir curso superior referente as áreas de conhecimento relacionadas a atuação profissional
- III. Ter acesso à internet de forma contínua e conhecimento para utilizar as ferramentas tecnológicas para acompanhamento do AVA;
- IV. Ter disponibilidade para participar dos encontros presenciais, conforme anexo I do edital de seleção;
- V. Residirem município que contemple o curso para o qual deseja concorrer, conforme polos descritos no anexo II, do edital de seleção.

11. Sistemas de Avaliação:

Como proposta para o desencadeamento do processo de avaliação da aprendizagem no curso, tendo em vista a articulação com a prática docente e potencialidade interativa peculiar à modalidade da EAD, sugere-se a realização, ao final de cada módulo, de sessões coletivas de apresentação dos trabalhos desenvolvidos nas disciplinas.

De acordo com o Art. 34 da resolução CONSEPE nº 1265/2015, a avaliação de desempenho do aluno em cada componente curricular será traduzida de acordo com os seguintes conceitos:

10,0–9,0	A
8,9–8,0	B
7,9–7,0	C
<7,0	D

12. Controle de Frequência:

A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº.9.394/96 em observância aos critérios da UFMA através da Resolução CONSEPE nº 1265/2015, Art. 35.

13. Trabalho de Conclusão:

O TCC é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de especialista. De forma específica, o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso.

O aluno terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica. Entende-se como produções acadêmicas de TCC para o curso de Especialização em Gestão Escolar:

- Artigo científico aprovado por banca;
- O TCC será acompanhado por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:
- Elaboração de um plano de atividades, com a aprovação do orientador;
- Acompanhamento periódico da produção do discente pelo orientador;
- Elaboração do TCC pelo estudante;
- Avaliação e defesa pública do TCC perante uma banca examinadora.

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor

orientador e mais dois componentes, podendo ser convidado, para com por essa banca, um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação)

14. Certificação:

Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Especialização em Gestão Escolar e da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido ao egresso o Certificado de Especialista em Gestão Escolar.

15. Resultados esperados e indicadores de desempenho:

- Número de alunos ingressantes: 150, distribuídos em diferentes pólos;
- Índice máximo de evasão de alunos de 30%;
- Produção científica: 105 de trabalhos finais de curso elaborados e defendidos;
- Grau de aceitação dos egressos: 90% de avaliações “satisfeito” ou “totalmente satisfeitos” no questionário de avaliação do curso.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996

BRASIL. Lei complementar nº101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis:Vozes, 2006.(Série Cadernosde Gestão, v. 2).

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educ.Soc., Campinas, v.22,n.75, p.84-108, agosto de 2001.